

# A INFLUÊNCIA DE THORSTEIN VEBLEN NOS CONCEITOS DE INDIVÍDUO, INSTITUIÇÃO E FIRMA DE JOHN GALBRAITH

Adriana Ripka<sup>1</sup>  
Fernando Krauzer<sup>2</sup>  
Júlio Eduardo Rohenkohl<sup>3</sup>

## RESUMO

Analisando as obras de John Kenneth Galbraith é fácil encontrar referências a Thorstein Veblen, o que induz a pensar que o último, em alguma medida, teve influência nos estudos do primeiro. No entanto, trabalhos sobre essa influência são raros, ao menos quando busca-se analisar suas convergências teóricas. Este artigo, portanto, tem como objetivo expor alguns pontos de aproximação da abordagem de Galbraith com os estudos de Veblen, tendo como foco os conceitos e as noções de indivíduo, instituições e firma, assim como suas inter-relações. Atenção adicional é dirigida ao uso reflexivo da abordagem institucional para avaliar a produção teórica dos economistas. A importância de estudar Galbraith diz respeito a sua grande representatividade na política e na academia. O quadro comparativo aponta para uma grande convergência de pensamento entre os dois autores. Diferenças estão manifestas em nomeações distintas para alguns processos econômicos e sociais, provavelmente em razão da época em que cada um viveu e que analisou, bem como por conta de suas trajetórias profissionais.

**Palavras-chave:** Galbraith, Veblen, Indivíduo, Instituição, Firma.

## ABSTRACT

Analyzing the works of John Kenneth Galbraith, it is easy to find references to Thorstein Veblen, which leads us to think that the latter, to some extent, had an influence on the studies of the former. However, studies on this influence are rare, at least when trying to analyze its theoretical convergences. This article, therefore, aims to expose some points of approximation of Galbraith's approach with Veblen's studies, focusing on the concepts and notions of individual, institutions and firm, as well as their interrelations. Additional attention is directed to the reflective use of the institutional approach to assess economists' theoretical output. The importance of studying Galbraith is related to his great representation in politics and academia. The comparative table points to a great convergence of thought between the two authors. Differences are manifest in different nominations for some economic and social processes, probably due to the time when each one lived and analyzed, as well as because of their professional trajectories.

**Keywords:** Galbraith, Veblen, Individual, Institution, Firm.

## Área 1 – História do Pensamento Econômico e Metodologia

**Classificação JEL:** B15, B25, B40

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões (UFSM/PM).

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM).

## 1. INTRODUÇÃO

John Galbraith (1908 – 2006) foi professor das universidades de Harvard e Princeton, conselheiro de diversos presidentes democratas, embaixador dos Estados Unidos na Índia, autor de diversos livros de referência econômica e social, entre outras atribuições. Em suas obras, autores de diversos segmentos da economia são apresentados, dentre eles Thorstein Veblen (1857 – 1929) e sua economia institucional. Veblen é destacado por Galbraith em diversas obras, por meio de citações, referências e até mesmo capítulo completo, abrindo margem para uma análise sobre quais teorias de Veblen são utilizadas por Galbraith.

Conforme salientado - e também conforme se faz evidente no decorrer deste artigo - podemos observar que a história de Galbraith é munida de importantes contribuições, tanto no âmbito político, principalmente associado ao Partido Democrata nos Estados Unidos, quanto no âmbito acadêmico, através de suas inúmeras contribuições à teoria e ao pensamento econômico. Desse modo, entender a construção das ideias deste autor é atributo fundamental para que se vislumbre a totalidade de suas contribuições. Afinal, através da identificação de suas influências e referências, torna-se ainda mais evidente suas fundamentações e objetivos. Exatamente com este propósito em mente surge a inquietação deste trabalho.

Nota-se que autores que discutem Galbraith, como Suplicy (2006) e Peach (2008), citam Veblen ao longo de seus textos. De forma semelhante, autores como Monasterio (1998), Dugger (1995) e Peukert (2001), quando tratando de Veblen, acabam por citar Galbraith. Tal relação não aparenta ser obra do acaso e, conforme se defende e evidencia neste trabalho, ela delata o papel não trivial das contribuições de Veblen ao pensamento de Galbraith. Curiosamente, na busca por trabalhos que apresentem, de forma mais específica e sistemática, características que possam ser consideradas aproximações dos conceitos de Galbraith aos conceitos trabalhados por Veblen, é identificado um número bastante restrito de estudos.

Dessa forma, este artigo visa contribuir com a apresentação de alguns pontos em que foi reconhecida a aproximação de conceitos teóricos entre Galbraith e Veblen. Para o direcionamento do estudo, as contribuições de ambos os autores são analisadas com relação ao indivíduo, à instituição e à firma. Tal recorte é justificado devido à recorrência e a importância destes conceitos nos trabalhos de ambos os autores. Atenção adicional é dirigida ao papel dos economistas como teóricos e analistas. Este ponto é pertinente porque explicita detalhes conceituais de dois críticos das correntes dominantes do pensamento econômico de sua época. Os dois autores valem-se de abordagens históricas para entender os processos recentes ou em curso em sua vida profissional.

É válido salientarmos que o período de contribuições de ambos os pensadores é consideravelmente diferente. Veblen concentra sua produção no período do final do século XIX e início do século XX, durante a intensificação industrial e em meio a uma série de conquistas sociais no campo político. Já Galbraith tem suas produções voltadas para a Crise de 1929 e Depressão de 1930, e o período pós segunda guerra mundial, durante a reconstrução diplomática das grandes potências mundiais, assim como imerso em um processo constante de inovações tecnológicas e científicas até próximo ao final do século XX. Em que pese uma proximidade de pensamento, os dois conjuntamente analisam os processos econômicos institucionalizados de um século.

Buscando introduzir as noções de Veblen no âmbito da economia institucional, no que se refere ao indivíduo, instituição e firma, no decorrer desta obra iremos analisar algumas das contribuições desse autor, tais como *The Theory of Leisure Class* ([1899] 1983), *The Theory of Business Enterprise* ([1904] 1966) e *The Place of Science in Modern Civilisation* ([1906] 1942), sendo este último um conjunto de artigos do autor no formato de livro. Outros autores, que auxiliam a leitura de Veblen, também são apresentados no decorrer do texto. E, de forma semelhante, para sistematizar o que Galbraith apresenta como sendo indivíduo, o que considera como instituição, a sua noção de firma, serão analisadas algumas obras do autor, sendo elas: *A Economia e a Arte da Controvérsia* (1959), *Economia, Paz & Humor* (1972), *O Novo Estado Industrial* (1982), *A*

*Sociedade Afluente* (1987)<sup>4</sup> e *Galbraith Essencial – Os Principais Ensaios de John Kenneth Galbraith* (2007).<sup>5</sup>

Zelando pela viabilidade e execução deste trabalho, ele foi dividido em quatro seções: a presente introdução, que contextualiza o desenvolvimento do tema; a segunda seção, que apresenta o indivíduo de Galbraith como resultante da perspectiva de indivíduo de Veblen; a terceira seção, que apresenta as instituições na perspectiva dos autores, visando a análise de suas convergências; e, por fim, a quarta seção, na qual são feitas as considerações finais.

## 2. O INDIVÍDUO VEBLENIANO EM JOHN GALBRAITH E SUAS ADAPTAÇÕES

Em Galbraith, o indivíduo e seu comportamento são abordados em meio aos mais diversos contextos, dentre eles a política (pano de fundo utilizado recorrentemente pelo autor), organizações sociais e questões bélicas. Também observa-se em Galbraith a diferenciação de classes, sendo elas, normalmente, divididas em ricas e pobres, considerando os vários adjetivos que remetem a estas mesmas desinências. A classe dos pobres é a mais citada quando Galbraith se refere ao objetivo de políticas públicas de desenvolvimento ou mesmo de prejuízos sociais. A classe dos ricos é fortemente associada ao poder, sendo dela destacados os indivíduos que exercem o comando de organizações, corporações, etc.

Assim, é importante notar que na obra de Galbraith o indivíduo não é definido independentemente da estrutura que o cerca. Pelo contrário, é dada ênfase ao comportamento deste quando diante de situações adversas em seu grupo e contexto. Desse modo, o indivíduo apresenta uma capacidade adaptativa e reage de acordo com as situações as quais é exposto, considerando o conhecimento de uma experiência passada. Nesse sentido, Galbraith (1959, p. 118) pontua que “*O homem que se encontra sob a pressão das circunstâncias do dia a dia ajusta as suas ideias em função delas. [...] Por outro lado, o homem que não se acha sob pressão das circunstâncias conserva a sua liberdade ideológica*”.<sup>6</sup>

No capítulo de revisão de Galbraith sobre a *Sociedade Afluente* (1987)<sup>7</sup>, o autor destaca dois estágios de comportamento comparativo do indivíduo. Inicialmente o indivíduo está voltado para um objetivo particular, analisando a sua melhora diante da eventual comparação de sua posição econômica atual com seu estado anterior (descartando aqui a comparação com as posses de outros). E em um segundo estágio, a análise ocorre quando esta melhora não acontece, ou pelo contrário, quando é constatada uma piora. Então, segundo Galbraith (1987), o que no primeiro estágio é apresentado como um foco particular quanto à posição do próprio indivíduo, no segundo ganha aspecto de desigualdade, quando comparado a outro indivíduo.

### 2.1 O saber convencional

Analisando as auto comparações feitas pelos indivíduos, observa-se que quando é avaliada uma ação como “bem-sucedida” diante de uma situação específica, esta certamente irá se repetir seja pelo indivíduo que primeiro a executou, quanto por outros que o tomarem como exemplo.

<sup>4</sup> A *Sociedade Afluente* de 1987, utilizada aqui, é uma tradução da versão de 1984.

<sup>5</sup> Galbraith não tem, em suas obras, uma distinção bem delimitada por capítulos do que é indivíduo e do que é instituição. É comum observar a constante presença de ambos ao longo de suas contribuições, alternando de uma análise para outra, muitas vezes em um mesmo parágrafo.

<sup>6</sup> O autor não especifica a origem desta liberdade ideológica, porém, na leitura pode-se entender como o sendo o ato de seguir as ideias políticas as quais o indivíduo mais se familiarize, não se obrigando a agir de acordo com o pensamento dominante. (GALBRAITH, 1959)

<sup>7</sup> Nesta edição de 1987, de *A Sociedade Afluente*, Galbraith inseriu um capítulo inicial como forma de revisão de seu pensamento sobre como escreveria a mesma obra, considerando seu pensamento e experiências no atual período em que estava sendo reeditada. A paginação deste capítulo é feita em algarismos romanos iniciado em XI e finalizando em XXXV, a partir daqui é apresentada a obra original iniciando com a paginação 1 da qual é dada sequência.

Desse modo, a repetição de ações surge quando são levadas em consideração experiências passadas, que vão sendo executadas à medida que situações similares às anteriores se repetem. Esta repetição, segundo Galbraith, pode ser atribuída à familiaridade do indivíduo a determinadas ideias, as quais possivelmente foram recorridas com sucesso em períodos anteriores (e assim passíveis de serem repetidas continuamente), gerando para o indivíduo um ambiente de estabilidade. Ao conjunto de ideias aceitáveis, recorrido pelo indivíduo com frequência, Galbraith nomeou como “saber convencional” (GALBRAITH, 1987).

Esse saber convencional é considerado um fator de inércia e resistência que o indivíduo possui diante de novas ideias e acontecimentos. Isto implica que existe uma estabilidade nas ideias que incorporam este saber. No entanto, Galbraith aponta que o saber passa por dolorosos processos de transformação com o passar de longos períodos de tempo. O saber convencional é praticamente “atacado” por atividades as quais este saber não supre. De início, uma ideia que surge de forma original, não passando pelo conceito estabelecido, é repudiada pelos indivíduos. Dessa forma, segundo Galbraith (1987, p. 9), “*um desvio sob a forma de originalidade é condenado como infidelidade ou apostasia*”, e não consegue ser aceito enquanto o saber convencional continuar em vigor. O saber convencional quando em vez inflete pois “*o golpe fatal ao saber convencional vem quando as ideias convencionais ostensivamente fracassam ao tentarem lidar com alguma contingência para a qual a obsolescência as tornou irrefutavelmente inaplicáveis*” (GALBRAITH, 1987, p. 9). Desta forma, o saber convencional de um período, se comparado a períodos anteriores e distantes, pode apresentar uma composição diferente (GALBRAITH, 1987).

Sendo assim, o indivíduo de Galbraith, por conveniência, pode reforçar a aceitação de uma ideia, a qual toma uma verdade que esteja de acordo com os interesses particulares e de bem-estar pessoal. Neste caso, o saber convencional viria a colaborar com o indivíduo que, tomaria uma postura de parecer se ocupar “com coisas que já foram feitas”, evitando tarefas necessárias ou urgentes. Viabilizando assim a utilização do menor esforço possível (GALBRAITH, 1987).

O saber convencional mistura-se com a ciência econômica. Os escritores clássicos britânicos, sua releitura neoclássica e, mais recentemente, a síntese que incorporou algumas ideias atribuídas a Keynes, proporcionam uma base interpretativa amplamente compartilhada da vida econômica e social. Galbraith (1987) denomina este substrato econômico do saber convencional de *tradição econômica central*. Ao aderir a ela, a maioria dos indivíduos encontra o sossego de partilhar de ideias de eruditos.

A tradição econômica central dava muita atenção à produção. Após milênios de pobreza e dificuldades de elevar a produtividade dos fatores, a Revolução Industrial trouxera a novidade de permitir uma elevação rápida do produto das nações. Os economistas clássicos preocupavam-se muito em renovar a capacidade de produção e evitar a interrupção da novidade, a produtividade dos fatores. Para Galbraith (1987), essa defesa intransigente da produção é ilógica frente ao fato de que as necessidades de boa parte das pessoas já encontram-se atendidas. Inexiste uma demanda espontânea que justifique tantos investimentos em aumento de produtividade. A inércia validada por teorias econômicas mantém a crença coletiva em problemas econômicos superados.

A preocupação teórica com a produção tenta se sustentar escorada em outras duas suposições naturalizadas na tradição central, 1) a de que a satisfação por unidades adicionais de uma mercadoria é decrescente, e 2) a de as pessoas possuírem necessidades crescentes e ilimitadas. As duas combinadas implicam que a produção precisa crescer indefinidamente. Segundo esta ótica, quando as pessoas satisfizerem uma necessidade ou desejo, outro será despertado. Um desafio recorrente de adaptar a produção à “soberania do consumidor” exigiria significativa atenção das empresas.

Galbraith (1987) argumenta que com o enriquecimento da sociedade e a satisfação das necessidades mais prementes, a insegurança econômica e o desejo de consumo diminuem. Ao longo do século XX, as empresas precisaram empreender esforços de vendas consideráveis para induzir um consumo maior que sustentasse os seus aumentos de produtividade. Isto é evidente pelo surgimento do *marketing* e pela importância enorme da publicidade contratada pelas empresas oligopolistas. Antes de Galbraith, Veblen já desafiara o padrão teórico tradicional.

A estruturação social vebleniana estabelece uma classe ociosa dedicada à organização do Estado, à defesa, aos esportes e ao sacerdócio, enfim, a uma gama de atividades significativas para a longevidade de um grupo social complexo e que disputam atenção e energia com as ações de provisão imediata da vida por intermédio da produção material. Esta classe é sustentada pelo excedente gerado pelas classes industriais. A sociedade estadunidense da segunda metade do século XIX vivenciava a passagem de padrão demarcatório da classe ociosa por meio do consumo viciado – caracterizado por pessoas da família dedicadas a artes, contemplação, leituras, e por criados disponíveis para a eventualidade de algum desejo repentino - para uma assinalação por meio do consumo conspícuo – de mercadorias portáteis como roupas diferenciadas, joias e, logo a seguir, automóveis. O consumo conspícuo é mais adequado para comunicação de poder em uma sociedade de população crescente em território continental coberto por serviços de telégrafo e imprensa. Veblen identifica que as pessoas das classes industriais emulam o padrão comportamental dos membros da classe ociosa, o que espalha o novo padrão de consumo e auxilia o crescimento contínuo da demanda. As empresas industriais e de serviços desenvolvem mercadorias padronizadas a custos decrescentes. Para demarcarem distinção, os ociosos esporadicamente alteram suas predileções - dentro dos marcos de uma oferta industrial expediente aos ganhos pecuniários dos homens de negócios - e são avidamente seguidos pelos emuladores. Esta proposição tem um matiz sociológico concatenado com a preferência individual de consumo, traz para dentro do campo econômico a discussão da evolução dos comportamentos e desafia a teoria de consumo neoclássica alicerçada em preferências individuais *dadas* (VEBLEN ([1899]1983, [1904]1966; SALLES E CAMATTA, 2017).

Não bastasse isso, Veblen ([1898]2017) identificou a ciência econômica atrelada a um *cânone cerimonial*. No seu entender, a análise de processos econômicos efetuada pelos economistas nunca chegou ao patamar evolucionário porque estava comprometida com uma teleologia. Isto implicava causalidades explicativas não-científicas, uma vez que faltava aos teóricos uma análise desinteressada para obter explicações causais. Ao traçar o estudo das relações econômicas em paralelo a um sistema astronômico ordenado, influenciado pela abordagem newtoniana, a ciência econômica clássica/neoclássica se comprometia com uma ordem (ou equilíbrio) sistêmica compatível com tudo o que o senso comum valorava. Ao dinheiro, por exemplo, era atribuída a finalidade de facilitar o fluxo de mercadorias.

Ao tradicional olhar para a divisão do trabalho como método social de elevação da produtividade, Veblen ([1904]1966; [1898]2017) adiciona a disseminação de um modo de pensar decorrente deste processo organizacional. A mecanização industrial – uma etapa no aprofundamento da divisão do trabalho – implica a homogeneização dos componentes intermediários a serem trocados entre firmas para chegar aos produtos finais. Por consequência, a composição dos produtos finais também fica *standard*. A avaliação do engenheiro, do homem de negócios e, após algum treinamento, dos consumidores, ou seja, a avaliação dos indivíduos socializados, recai na quantificação de mercadorias padronizadas. A quantidade produzida, vendida e consumida passa a traduzir um sentido de progresso ou de bem-estar. É relevante o que é medido com precisão quantitativa. Na medida em que a economia reflete o senso comum, Veblen dá pistas para um segundo vetor para a tendência matemática e estatística da investigação da ciência econômica, adicional ao marco científico emando da física. Os valores e normas da mecanização disseminam-se pela vida cotidiana. Os produtos *standard* facilitam o controle da produção, o estabelecimento de contratos e a avaliação pecuniária dos negócios. A quantificação pressupõe um padrão classificatório de itens homogêneos entre si. Os cânones culturais do senso comum influenciam o *cânone cerimonial* da economia. E a teoria econômica reverberará na educação dos homens de negócios e dos consumidores. Como em todas as instituições, há uma cumulatividade sujeita a mudanças paulatinas.

## 2.2 Instintos e hábitos

O leitor já familiarizado com os escritos de Veblen pode, até o momento, observar consideráveis convergências entre aquilo que Galbraith aponta em seus escritos e os importantes conceitos institucionalistas. Buscando observar em Veblen as inspirações para o indivíduo de Galbraith, devemos primeiramente pontuar aspectos de relevância em sua construção teórica, como por exemplo, que a análise de seu objeto considera elementos de natureza social e psicológica sob uma abordagem evolucionária, no que diz respeito ao comportamento do indivíduo e da instituição. Este destaque à abordagem de Veblen é observação de muitos autores, dentre eles Robert Heilbroner, Leonardo Monasterio, William M. Dugger e Geoffrey Hodgson.

Em *A Teoria da Classe Ociosa* ([1899] 1983), Veblen destaca que o indivíduo é condicionado por ambições, normas de condutas, relutância a modificações em seu modo de agir e pensar. A apresentação deste indivíduo é feita por um misto de histórias pregressas, de períodos considerados como de culturas bárbaras como, por exemplo, a Europa e Japão feudais, bem como por observações da sociedade contemporânea a seu tempo. No primeiro capítulo desta obra, o indivíduo aparece inserido em meio a estruturas sociais que direcionam seu comportamento, e esta abordagem segue ao longo dos demais capítulos e obras do autor. É válido lembrarmos que Veblen ([1899] 1983) também apresenta os indivíduos separados em classes. A classe produtiva é responsável por serviços com fins produtivos, que geram bens para o consumo. E, em contraposição, a classe intitulada “ociosa” é voltada para fins não produtivos, atribuindo a esta, determinadas atividades como: “*as governamentais, as guerreiras, as religiosas e as esportivas*” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 6).

Desse modo, convergindo as abordagens entre ambos os autores, podemos observar que Galbraith (1982) apresenta os indivíduos divididos em duas classes: pobres e ricos. O foco sobre uma ou outra depende do tema em questão. Por exemplo, a atribuição do poder é relacionada à classe dos ricos, já os efeitos de políticas públicas dizem respeito aos pobres. Em Veblen ([1899] 1983) os indivíduos são agrupados de acordo com suas funções econômicas, em classe ociosa e produtiva. A classe dos ricos de Galbraith e a ociosa de Veblen são compostas por indivíduos que não necessitam trabalhar no sistema produtivo para sua sobrevivência. Esses indivíduos buscam formas de afirmação de sua classe; são proprietários de riquezas; e apresentam consumo ostensivo, etc.

Em Veblen ([1904] 1966) a dicotomia entre classe ociosa e classe produtiva reaparece, ainda que com outro foco. Nesta obra, a classe ociosa é observada como atuante no setor industrial, não inserida no processo produtivo. A análise envolve o processo de mecanização e suas motivações, além da atuação diferenciada de indivíduos dotados de poder, denominados “homens de negócios”. Em Galbraith (1982; 1972) atribui-se a execução do poder aos indivíduos da classe rica devido à educação privilegiada e respeitabilidade, entre outros atributos. Este indivíduo é apresentado como dotado de poder em diversas áreas como na política, no setor bélico e no setor industrial. Neste último há um destaque para este indivíduo, que é reconhecido, assim como em Veblen ([1904] 1966), como o “homem de negócios” encarregado da tomada de decisão, sendo o melhor exemplo de um executor de poder.

O “homem de negócio” vebleniano aparece focado no setor industrial, ao contrário de Galbraith que o diversifica em ambientes ao longo de suas obras. Apesar de pequenas diferenciações na abordagem do “homem de negócios”, os estudos de Galbraith e Veblen possuem algumas características idênticas. Para ambos os autores, o “homem de negócios” apresenta comportamento predatório e é advindo de uma classe privilegiada, exerce o poder e possui objetivos pecuniários.

Tais objetivos pecuniários justificam-se, pois segundo Veblen ([1899] 1983), um indivíduo usualmente se vale de comparações cotidianas com outros indivíduos próximos a si como forma de tentar quantificar o “valor” este tem em sua estrutura social. Isso acaba levando a uma busca por formas de adquirir bens ou inserção em atividades que venham a proporcionar uma ascensão social, por meio comparativo entre os indivíduos (VEBLEN, [1899] 1983). Sobre a comparação, deve-se

observar que é gerada uma emulação no indivíduo, havendo estímulo à apropriação de bens, sejam eles para consumo ou acumulação, pois mesmo em estágios de desenvolvimento em que o valor de um bem venha a ser dado pelo seu valor de uso, a acumulação não perde em absoluto a honorabilidade. E em uma vida predatória, podendo esta ser interpretada como a busca por se sobressair aos demais indivíduos, a emulação é “*fundada na coerção e no costume de propriedade*”, sendo estas, em fases iniciais, de difícil distinção por terem origem no “*desejo do homem de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades*” (VEBLEN, [1899] 1983, p. 16).

Ainda a respeito do indivíduo vebleniano, observa-se que Veblen ([1899] 1983; [1904] 1966; [1906] 1942) não se restringe a mera observação da ação e resultado, mas sim analisa o processo pelo qual se inicia uma ação ou se almeja o resultado. O desejo do indivíduo de se apropriar de bens ostensivos ou de reconhecimento social como sendo honoríficos, por meios que lhe proporcionem lucros pecuniários, ou mesmo, o porquê e como ocorrem evoluções na natureza do homem e em sua estrutura, são alguns dos temas presentes nos trabalhos do autor. Desse modo, cabe sublinhar duas importantes características que Veblen destaca nesses indivíduos: os instintos e os hábitos.

Sobre os instintos trabalhados por Veblen, Monasterio (1998) observa que não houve definição exata e precisa do conceito. No entanto, uma análise de Monasterio sobre *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts* (1914), mostra que na visão de Veblen, os instintos são propensões inatas do indivíduo, cujas ações decorrentes almejam um fim de forma consistente. Porém, estas ações não são baseadas tão somente nos instintos, cabendo papel fundamental também aos hábitos.

Sobre os hábitos, Hodgson (1994), se valendo de uma visão vebleniana, atribui sua origem à impossibilidade de cotidianamente se deliberar sobre todos os aspectos do comportamento de forma racional e totalmente consciente. Essa impossibilidade se deve à necessidade de uma grande quantidade de informações e raciocínios dos indivíduos sobre estas. Sendo assim, passa-se a adquirir mecanismos (hábitos) como forma de diminuir o número de deliberações (HODGSON, 1994). Após o estabelecimento dos hábitos, segundo Veblen, estes passam a se repetir com maior ou menor fidelidade de acordo com o resultado obtido em situação semelhante em um tempo passado. No entanto, o autor considera que os hábitos passam por processos evolucionários, mas não de forma imediata ou gratuita, mas diante de pressões da estrutura social e mesmo dos resultados obtidos ao longo da repetição destes. Estas evoluções ocorrem de forma extremamente lenta, muitas vezes somente após várias gerações pode-se observar uma sutil mudança, com a conservação de características do hábito anterior (VEBLEN, [1899] 1983). Ou seja, nesse ponto nota-se outra grande convergência entre a abordagem de Galbraith e de Veblen, afinal, ambos os autores consideram o processo evolucionário na estrutura social como lento e “doloroso”. Desse modo:

A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais, sob a pressão de circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições. Mas paralela a esse desenvolvimento houve uma mudança de tipo mais substancial. Não apenas mudaram os hábitos dos homens com as exigências mutáveis da situação, mas também trouxeram mudanças correlatas à natureza humana. (VEBLEN, [1899] 1983, p. 97)

Em tal processo de evolução social, as reações adversas às ações do indivíduo proporcionarão tanto incentivos para que determinados hábitos mentais sejam repassados às gerações futuras, quanto para que sejam adaptados ou mesmo suprimidos caso proporcionem resultados incompatíveis com o objetivo final. E, assim como aparece na citação anterior, os instintos também podem ser recombinaados e adaptados. No entanto, o processo para estes é ainda mais lento e resistente se comparado aos hábitos, devido a sua existência ser datada de períodos muito mais antigos do que os hábitos, tornando-os muito mais “enraizados” no comportamento do indivíduo (VEBLEN, [1899] 1983).

Desse modo, observa-se uma diferença entre Galbraith e Veblen a respeito das noções de indivíduos, que se dá na abordagem de cada autor. Veblen apresenta uma preocupação maior na definição dos indivíduos da classe ociosa, indicando a origem deste e de suas atividades, bem como suas características e processo evolucionário de seus hábitos. Em Galbraith, os indivíduos são caracterizados diante das suas relações com as instituições, sendo que o autor não se preocupa em definir como o indivíduo rico passou a, por exemplo, ter acesso a um nível educação maior ou como o indivíduo pobre passou a ter como atribuição o trabalho pesado. Contudo, mesmo com abordagens distintas, nota-se forte semelhança entre o indivíduo inserido na classe pobre de Galbraith e o inserido na classe produtiva de Veblen. Em ambos os casos, o indivíduo está confinado a um mundo de limitações dadas, pelas características de sua classe, que o condiciona a situações socioeconômicas desfavoráveis através dos hábitos. O nível educacional é precário, as necessidades mínimas de sobrevivência deste indivíduo raramente são supridas por completo, a utilização do trabalho deste indivíduo é um fator fundamental para a manutenção do elevado padrão de vida das classes rica ou ociosa. Isso porque a essa classe pobre ou produtiva é atribuída o trabalho do processo industrial, sendo assim, responsável pela criação de bens de consumo, tanto necessários quanto de luxo, bem como seu excedente. Porém, a apropriação deste excedente é reservada aos indivíduos da classe rica ou ociosa, assim como o consumo de parte dos bens necessários e da totalidade dos bens de luxo<sup>8</sup>.

Para ambos os autores, indiferente da classe do indivíduo, há uma grande resistência deste à mudança. Para Veblen ([1899] 1983) os hábitos de pensamento dos indivíduos são mecanismos que este utiliza como forma de reduzir as deliberações diante de eventos que se repetem no dia a dia. Galbraith (1987) apresenta a sabedoria convencional de forma que se assemelha ao hábito de pensamento verificado por Veblen. Em ambos os casos existe a transmissão destes hábitos<sup>9</sup> para gerações seguintes e diante de qualquer mudança no processo há uma inegável resistência por parte do indivíduo a adaptação ou extinção destes hábitos. Desse modo, nota-se que pela perspectiva de ambos os autores, os indivíduos apresentam uma característica conservadora em relação aos seus hábitos.

Uma possível razão para a diferente forma de abordagem entre Galbraith e Veblen se deve ao tipo de engajamento profissional e experiências de cada autor. O principal foco de Veblen foi a pesquisa acadêmica. Já Galbraith além de ter sido professor universitário e pesquisador, teve grande inserção no meio político<sup>10</sup>, desta forma pôde trabalhar ou mesmo observar empiricamente as ideias advindas dos estudos teóricos.

Como forma de sintetizar os principais pontos aqui apresentados, segue abaixo quadro comparativo sobre o indivíduo de Galbraith e Veblen.

### Quadro 1 – Comparativo do indivíduo de Galbraith e Veblen

	<b>John Galbraith</b>	<b>Thorstein Veblen</b>	<b>Considerações</b>
<b>Indivíduo</b>	Dividido em classe rica e classe pobre	Dividido em classe ociosa e classe produtiva	Apesar de nomenclaturas diferentes a classe rica possui características idênticas a da classe ociosa, assim como a classe pobre possui características idênticas a classe produtiva.

<sup>8</sup> Apesar das semelhanças, o indivíduo produtivo de Veblen não recebe atenção especial ao longo de suas obras, ele é citado e caracterizado mais como forma de apresentar uma contraposição à classe ociosa do que dar atenção àquele. Isso ocorre não por esse indivíduo produtivo não ser relevante, mas sim por este não ser o foco de estudo de Veblen. Galbraith, no entanto, dá uma atenção maior aos indivíduos inseridos na classe pobre, utilizando estes para análise principalmente de programas de política pública. Contudo, também se vale destes para ajudar no entendimento da classe rica e suas atividades, assim como Veblen.

<sup>9</sup> No termo hábitos estão sendo considerados a sabedoria convencional de Galbraith e o hábito de pensamento de Veblen.

<sup>10</sup> Foi conselheiro de presidentes do partido democratas como Franklin D. Roosevelt e Bill Clinton, assim como embaixador dos Estados Unidos na Índia, no governo de John F. Kennedy.



<b>Hábitos</b>	Mecanismo para simplificar ações cotidianas, minimizando o número de deliberações do indivíduo.		Aparecem de forma recorrente e sem divergências conceituais. Veblen trabalha mais detalhadamente o processo evolucionário dos hábitos no indivíduo do que Galbraith.
<b>Poder</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribuído à classe rica.</li> <li>• Apresentado em diversos contextos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribuído à classe ociosa.</li> <li>• Observado no setor industrial</li> </ul>	Possui as mesmas características e atribuição para ambos os autores. Porém, Veblen mantém sua observação da questão do poder no setor industrial, enquanto em Galbraith são incluídos o setor bélico e ambiente político.
<b>Homem de negócios</b>	Indivíduo de destaque da classe ociosa para Veblen e da classe rica para Galbraith, dotado de poder e responsável pela tomada de decisão.		Não há diferença na caracterização do homem de negócios. Ele é possuidor de poder e a base de surgimento é a mesma para ambos, dada a semelhança estabelecida entre classe rica e classe ociosa.
<b>Economia e Convenções</b>	O saber convencional é referenciado nas (e validador das) teorias econômicas obsoletas.	A Economia do cânone cerimonial é teleológica e refratária a uma epistemologia evolutiva.	Veblen e Galbraith constataam o atraso analítico da ciência econômica para dar conta da realidade de seu tempo. Perceberam-na imbricada com o senso comum. Desafiam as teorias de consumo e da firma neoclássicas e propõem teorias alternativas.

Elaborado pelos autores

### 3. INSTITUIÇÃO E FIRMA: AS CONVERGÊNCIAS ENTRE GALBRAITH E VEBLEN

Em Galbraith (1987), a sociedade afluyente aparece como uma importante instituição que é composta por uma estrutura formada por um conjunto de indivíduos a qual, diante da comparação da situação da estrutura atual com períodos anteriores, constata que seu nível de bem-estar e fortuna foi melhorado e que apresenta uma possível trajetória de futuros resultados positivos. Os hábitos que regem o comportamento desta estrutura foram instituídos em um período anterior ao atual, sendo assim, uma série de hábitos que antes impulsionavam a instituição para a afluência, no atual momento podem até servir como uma “ameaça a própria afluência” (GALBRAITH, 1987, p. 1-2).

Retomando e expandindo a sabedoria convencional trabalhada na perspectiva do indivíduo, Galbraith aponta que muitos problemas desta sociedade persistem em serem tratados como se muitos fatores ainda não tivessem sido estabelecidos. Como exemplo podemos citar a observação da sociedade atual como se esta apresentasse características de um século atrás. Em mesmo sentido, em outra passagem, Galbraith (1972, p. 24-25) reforça que “[...] a ação necessária, infelizmente, deve relacionar-se com a realidade. Se tal não acontecer, será, na melhor das hipóteses, inadequada ou inútil e, na pior das hipóteses, prejudicial”. Isto ocorreria devido à resistência coletiva em aceitar modificações, o que neste caso, recorreria em um processo mais lento na afluência desta sociedade, do que realmente deveria ser (GALBRAITH, 1987).

No entanto, não se pode afirmar aqui que não houve evolução nos hábitos da instituição, pois, segundo Galbraith (1987), até mesmo o pensamento econômico foi adaptado à afluência. O que pode ser sugerido é que, assim como os indivíduos, as instituições também apresentam uma defasagem na evolução dos seus hábitos. Ou seja, a modificação destes é feita somente após serem refutados recorrentemente por atividades atuais. Assim, quando estes hábitos forem adaptados de forma mais condizente às atividades que os refutaram, a instituição já se encontrará em um processo a frente do que quando se fez necessária a modificação. Considerando as instituições que compõem a economia, pode-se afirmar, segundo Galbraith, que estas são contraditórias entre si. Isto pode ser explicado tão somente retomando o parágrafo anterior, pois muitas vezes, a defasagem na adaptação a novas atividades pode ditar um comportamento que pode levar a gerar barreiras à afluência. Nas palavras de Galbraith (1987, p.7), “a economia, como outros aspectos da vida em sociedade, não segue um padrão simples e coerente. Pelo contrário, ela frequentemente parece ser incoerente, rudimentar e intelectualmente frustrante”. Resumidamente, segundo Galbraith (1987), indiferente da instituição a ser analisada, os hábitos possuem uma natureza de fundo conservador,

cuja resistência ao que surge de novo é muito significativa. Em um cenário estável esses hábitos poderiam ser absolutos. No entanto, como as estruturas são tidas como em constante processo de modificação, o ataque de atividades para as quais estes hábitos não são mais resposta, força a uma transformação dos mesmos. O processo de modificação das atividades vai surgindo à medida que alguns objetivos são alcançados e novos são focalizados.

De maneira convergente a Galbraith, na teoria vebleniana, os hábitos desenvolvem papel importante nas instituições, fazendo com que estas apareçam como consequência desses. Neste sentido, pode-se fazer associação da evolução dos hábitos à evolução da instituição. Nas palavras de Hodgson (1994, p. 304), sobre instituições numa leitura vebleniana: “*Instituições envolvem hábitos ‘congelados’*”<sup>11</sup>. Ou seja, a partir do momento que se tem o estabelecimento de hábitos, estes dão forma à instituição a qual, já estabelecida perpetuará estes hábitos para os indivíduos.

Sobre o termo “instituições” Walter C. Neale, em contribuição a Hodgson, Samuels e Tool (1994), descreveu como sendo “[...] a palavra que os economistas evolucionários (institucionais) usam para os comportamentos regulares e padronizados das pessoas numa sociedade e para as ideias e os valores associados a essas regularidades” (HODGSON, 1994, p. 402).

Desse modo, podemos observar que as instituições, segundo os autores, podem ser compreendidas como derivações de hábitos de pensamento e conceitos socialmente estabelecidos. Após a sua criação, uma instituição auxilia a tomada de decisão, pois apresenta aos indivíduos os comportamentos socialmente incentivados ou aceitáveis. A relação das instituições com hábitos de pensamento e conceitos sociais destacam a inércia institucional.<sup>12</sup> Para Galbraith e Veblen, as instituições estão em um processo de mudança evolucionária constante.

Na perspectiva vebleniana a evolução atua como um processo de seleção natural dos hábitos de pensamento e conseqüentemente também nas instituições. Os hábitos de pensamento em uma instituição são reproduzidos de acordo com a necessidade. Assim, quando a necessidade é modificada, os hábitos mais aptos a supri-la são reproduzidos e os mais distantes da nova necessidade caem em desuso ou sofrem adaptações. Contudo, este processo de seleção não ocorre de forma totalmente consciente e calculada e a concretização institucional, como já dito, é lenta. O processo de evolução torna-se, além de uma seleção, uma adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente dinâmico, em que, de acordo com o processo vão sendo selecionados os indivíduos e seus hábitos mais condizentes a nova estrutura. Sobre qual instituição vai se manter, depende se é dominante ou não, se a instituição é compatível com a nova estrutura, ou mesmo, se uma adaptação basta aos novos objetivos estabelecidos (VEBLEN, [1899] 1983).

Considerando esta seleção de hábitos, instituições e indivíduos, percebe-se que não se deve tratar estes elementos de forma individualizada, pois a evolução em um destes acarreta mudanças ou mesmo formação de outros. Veblen não deixa claro ao longo de seus escritos a forma pela qual os hábitos de pensamentos passam a ser compartilhados pela sociedade como instituição. No entanto, o autor enfatiza a influência que estes hábitos institucionalizados exercem sobre o indivíduo, esta observação também é compartilhada por Monasterio (1998).

Segundo Veblen ([1899] 1983), uma instituição perdura quando ela contém o padrão de comportamento vigente, assim como tais padrões caracterizam se a instituição possui um caráter dominante ou não. Quando não dominante o evolucionismo institucional pode marcar a modificação dos padrões de comportamento que compõem tal instituição. Desse modo, observa-se que tanto em Veblen quanto em Galbraith um hábito estabelecido há um longo tempo tende a ser mais resistente a mudanças do que um hábito recentemente estabelecido.

<sup>11</sup> Tradução do autor para “Institutions involve congealed habits”, presente em *Institutional and Evolutionary Economics* (HODGSON; SAMUELS; TOOL, 1994, p. 304).

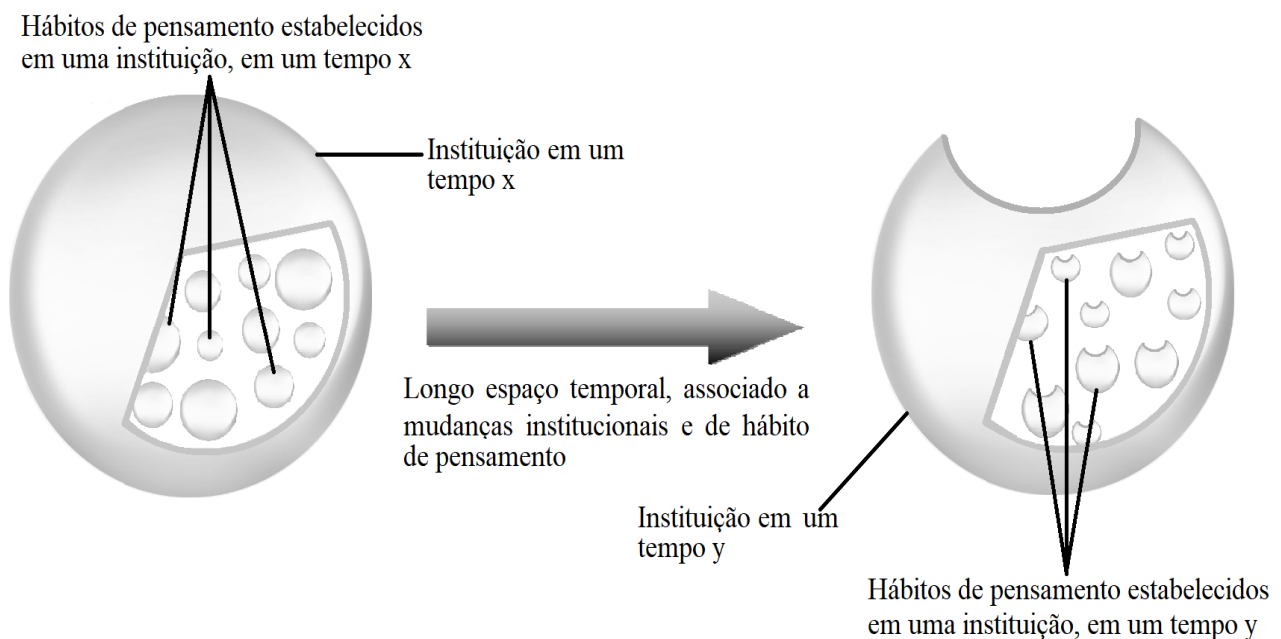
<sup>12</sup> A inércia institucional implica algum grau de dificuldade na modificação de um hábito. Essa rigidez pode gerar uma defasagem no processo de criação de um hábito. Hábitos correntemente utilizados são selecionados ou adaptados de hábitos que foram instituídos anteriormente. Porém, como estes foram selecionados ou adaptados como solução para problemas de um período anterior, é comum que os problemas sejam solucionados por hábitos gerados em momentos posteriores. Tais hábitos podem estar relacionados a novos elementos rotineiros, contudo, normalmente, eles correspondem à adaptação dos hábitos correntes.

A exposição da dependência que têm as necessidades humanas da organização da produção para satisfazê-las, denominado por Galbraith (1987) *o efeito da dependência*, evidencia a convergência deste autor com a tese de inércia institucional, mediante ressignificação, embora passível de transformação parcial e paulatina. O aumento de produção se instituíra no capitalismo como a busca de suprimento de necessidades humanas. Alcançado o patamar de sociedade afluyente (abastada), produzir cada vez poderia perder sentido. Porém, o modo de pensar disseminado de melhorar progressivamente a capacidade de produzir manteve-se por meio de uma adaptação de sentido.

A sociedade afluyente possui uma malha complexa de atividades produtivas interconectadas, em uma divisão de trabalho de alta produtividade. Mantê-la implica um volume de faturamento pecuniário elevado. Torna-se imperioso *fabricar* necessidades e esse é o papel do *marketing* e da publicidade. Persistem os esforços de aumento de produção. Porém, o instituto do progresso produtivo sofreu uma inflexão. O fim principal agora é a manutenção de renda<sup>13</sup> e não mais a satisfação direta de necessidades materiais. Segundo a abordagem keynesiana, a manutenção da renda necessita de um patamar de produção acrescido de incremento dos investimentos agregados líquidos. Caso contrário, contrações econômicas sucedem. Subsidiariamente, esta renovada finalidade da produção material conserva o prestígio das pessoas de negócios, cuja importância social é ancorada em produzir, e dos economistas da tradição central – por intermédio de uma síntese com algumas ideias de Keynes e que manteve os cânones originais.

A figura 1 ilustra a lógica vebleniana acima apresentada. Do lado esquerdo formatos circulares “perfeitos” e do lado direito formatos ainda circulares, porém acompanhados de alteração. É importante destacar que esta última notação não se refere a uma “deformação” de hábitos de pensamento na instituição, trata-se apenas da representação de uma modificação após processo evolucionário ao longo do tempo. Sendo assim, destaca-se que apesar de alterações gerarem uma aparência diferente da original na instituição, esta nova mantém, em geral, traços da instituição anterior (VEBLEN, [1899] 1983).

**Figura 1 – Evolução dos hábitos de pensamentos e instituição**



Elaborado pelo autor

<sup>13</sup> Em uma sociedade afluyente, a renda das pessoas poderia ser provida por transferência estatais caso não estivesse instituído outro elemento do saber convencional, o controle fiscal de um estado mínimo.

Com base na imagem acima, podemos observar que em um tempo  $x$ , a instituição simbolicamente possui a aparência do círculo. Esta instituição introduz aos indivíduos incorporados uma série de normas de conduta, condizentes com o formato adquirido pelos hábitos generalizados pela sociedade e assumidos por esta instituição. Assim os indivíduos que participam desta, possuem hábitos de pensamentos semelhantes aos incorporados pela instituição por seleção, ou ainda, têm seus hábitos levados à semelhança destes por um processo adaptativo. Quando diante de um processo evolucionário, considerando um longo período de tempo (como indicado pela seta), a instituição pode ser modificada de tal forma a parecer em um novo formato, num período  $y$  posterior a  $x$ . Nesta nova representação, é observado que os hábitos de pensamento estabelecidos nesta instituição também são apresentados nos indivíduos com características semelhantes as da instituição. Isto ocorre pelo mesmo procedimento em que foi formada a semelhança entre o indivíduo e instituição do período  $x$ , por processo seletivo e adaptativo dos hábitos de pensamento.<sup>14</sup> Esta noção parece ser partilhada tanto por Veblen quanto por Galbraith.

### 3.1. As Noções de Firma

Em Galbraith, é notável a importância dada à identificação do sucesso da tomada de decisão anterior para o compartilhamento de hábitos de pensamento e efetiva institucionalização no presente. Somado a isso, Galbraith pontua que na análise desse sucesso, pode-se dar papel de destaque às estruturas organizadas, tendo em vista a responsabilidade destas no poder, tanto em firmas quanto na sociedade como um todo. As decisões nos tempos em que vivemos, principalmente as de grande relevância, são naturalmente remetidas a grupos, isso se deve à tentativa de diminuir a assimetria de informações quando diante de uma tomada de decisão. Diante do processo industrial, é comum que as informações sejam encontradas dispersas, ou seja, sob o conhecimento de vários indivíduos e não centralizadas em apenas um. Posto isso, Galbraith atribui à decisão de um grupo superioridade frente à decisão de um indivíduo (GALBRAITH, 1982).

Quanto a essa superioridade da decisão em grupo, Galbraith justifica esta afirmação com uma descrição exemplificada do processo decisório em conjunto. Quando observamos uma estrutura de organização muito simples, pode-se verificar o poder agindo de cima para baixo. Ou seja, no topo da hierarquia há uma figura única representada por um presidente, gerente ou outro título equivalente. Na sequência, diretores de setor, funcionários administrativos, operários, entre outros. No entanto, o autor afirma que este tipo de procedimento só pode ser observado em uma estrutura de organização muito simples, pois, dificilmente estes que se encontram no topo do poder possuem informações suficientes para que sua decisão seja considerada mais segura de obter sucesso do que se fosse decidida em grupo (GALBRAITH, 1982, p. 61).

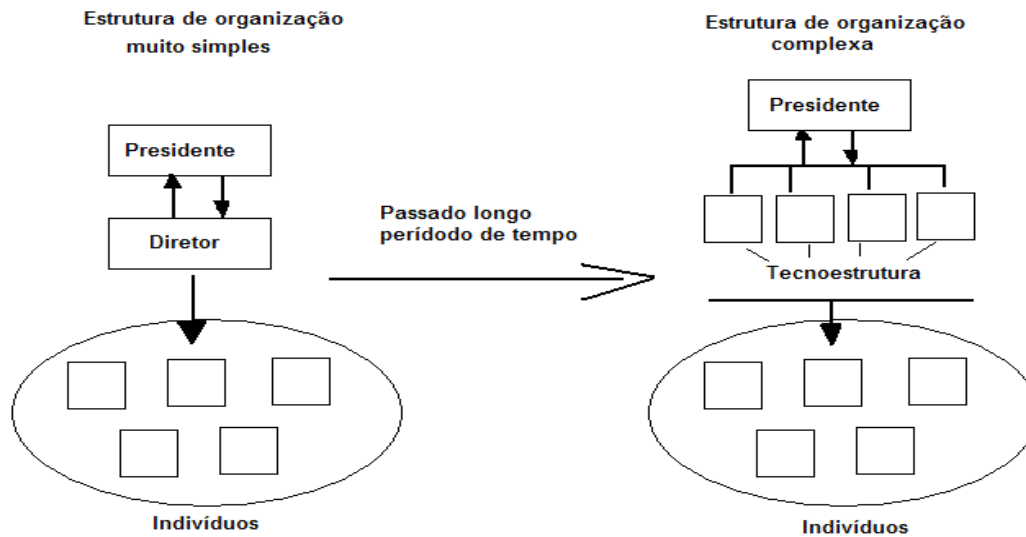
Galbraith caracteriza esse grupo da seguinte maneira:

Abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Este, e não o restrito grupo de diretores, é a inteligência orientadora – o cérebro – da empresa. Não há um nome para todos os que participam da tomada de decisão de grupo ou para a organização que eles formam. Proponho dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura. (GALBRAITH, 1982, p. 64)

A figura 2 ilustra a Tecnoestrutura. Nela foram trabalhados dois exemplos de estrutura, uma estrutura de organização muito simples e outra um pouco mais complexa. Considera-se uma evolução da primeira estrutura para a segunda como uma tendência a organização ganhar mais complexidade.

<sup>14</sup> Deve-se ressaltar, que a figura posicionada ao lado direito da seta não possui um formato definitivo, pois, como atentado por Veblen ([1906] 1942), a instituição permanece em movimento e em constante processo evolucionário/adaptativo. Outro ponto, é que apesar da instituição apresentar uma nova aparência, em geral mantém traços da aparência da instituição anterior.

**Figura 2 – Evolução do modo de decisão – exemplo modelo industrial**



Elaborado pelo autor

Na estrutura de organização muito mais simples, é apresentada a figura do presidente no topo da hierarquia indicando o exercício de poder de cima para baixo. Um diretor recebe instruções do presidente (indicada pela seta presidente - diretor), e um grupo de indivíduos recebe de alguma forma o resultado da decisão tomada no topo da hierarquia, podendo ser produtos colocados à venda para o consumo, benefícios quanto ao bem-estar de uma decisão em prol da sociedade, entre outros. Ainda neste sistema, foi incluída uma seta indicando uma decisão do diretor repassada ao presidente (indicada pela seta diretor – presidente), a qual este último tem a opção de vetar ou não esta decisão. No entanto, o que se quer ressaltar aqui, é que são dois “indivíduos” providos de, mais ou menos, informações necessárias para a tomada de decisão. Neste caso, a opção do presidente de vetar a decisão do diretor não parece tão perigosa ao resultado, pois ambos podem estar cientes de uma quantidade de informações muito próxima um do outro.

Após certo período de tempo, uma maior complexidade da organização pode levar a apresentação da segunda estrutura e é aqui apresentada a Tecnoestrutura de Galbraith. Os resultados das decisões tomadas nesta estrutura serão recebidos pelos indivíduos, de forma semelhante à primeira estrutura. Porém, aqui a Tecnoestrutura repassa uma decisão ao presidente, que continua com poder de vetar ou não. No entanto, agora é um indivíduo com apenas algumas informações, em oposição a um grupo de especialistas que no conjunto possuem um número expressivamente maior de informações do que o presidente e que participam da estruturação técnica da firma. Ou seja, não aprovar a decisão da Tecnoestrutura apresenta um alto risco ao resultado. Quando o presidente discorda da decisão do grupo, ele de início se volta ao grupo apresentando seu ponto discordante (indicado pela seta Presidente - Tecnoestrutura), o grupo por sua vez tenta repassar algumas informações a mais ao presidente, que venham a justificar a decisão. Desse modo, dificilmente o Presidente vetará a decisão.

Observa-se que o grupo de indivíduos que recebe os resultados das decisões tomadas nesta segunda estrutura, em geral, terão mais benefícios do que o grupo de indivíduos da estrutura anterior. Isso porque com a diminuição da assimetria de informações e o compartilhamento dos modos de pensar há uma tendência de a estrutura de organização mais complexa ser mais eficiente. As necessidades do grupo de indivíduos, não precisam, necessariamente, preexistir, sendo analisadas na reunião de informações e desenvolvidos produtos e serviços mediante as tomadas de decisões para supri-las. Podem haver tentativas de estas necessidades serem induzidas ou reelaboradas pela própria estrutura produtiva, seguindo o mesmo processo de decisão, antes de se

introduzir uma inovação a este grupo, ou seja, serem induzidas necessidades antes não percebidas ou inexistentes<sup>15</sup> (GALBRAITH, 1972).

Para Galbraith, paralelamente a uma noção de firma privada do setor produtivo, o setor militar seria uma representação de uma estrutura de organização complexa, a qual, analisando pela segunda estrutura da figura 2, haveria uma reunião dos conhecimentos de um grupo gerando decisões eficientes. Desse modo, se espera que os indivíduos recebam benefícios como, por exemplo, avanços tecnológicos os quais não seriam sustentados pelo setor privado, devido à necessidade de um alto investimento inicial sem garantias de resultados lucrativos a curto prazo, apresentando assim uma finalidade pública produtiva. Porém, em revisão posterior de Sociedade Afluente, Galbraith critica os elevados investimentos militares argumentando que:

A tecnologia militar moderna é cada vez mais obscura, cada vez mais divorciada das aplicações civis, aplicações que são hoje pouquíssimo mencionadas. E aquelas que eram outrora muito citadas – o principal exemplo sendo o uso comercial da energia atômica – se provaram extremamente decepcionantes. É hoje uma tese plausível que ao invés de promover o desenvolvimento tecnológico, o patrocínio militar dirige talentos, energias e recursos escassos para canais essencialmente estéreis. (GALBRAITH, 1987, p. XXXI)

Tamanha preocupação com a finalidade desta estrutura é atribuída ao funcionamento do conjunto de organizações, tendo em vista que a alocação dos recursos adquiridos em um setor “estéril” anularia a alocação destes de uma forma mais eficiente em prol da sociedade.<sup>16</sup> Deve ficar claro que as estruturas organizadas se relacionam entre si, e da necessidade de que cada uma faça a sua parte. No caso acima, não somente o “descumprimento da função” do setor público acarretaria em distúrbios num sistema mais amplo, mas o descaso do setor privado para com o público também o faria (GALBRAITH, 1972, p. 28).<sup>17</sup>

Analisando Veblen, podemos observar vários fatores de convergência em relação a Galbraith. Primeiramente, pode-se pontuar o mesmo papel de importância cedido ao fator sucesso, porém agora pautado em relação ao seu caráter pecuniário e a “boa reputação”. Citando um exemplo utilizado por Veblen no capítulo sobre emulação pecuniária, tendo como base a comparação, a indústria normal tem em seu processo de crescimento a acumulação de bens, ou riqueza, como elemento mais importante e eficaz para obter dessa “boa reputação” – (VEBLEN, [1899] 1983).

Em busca desta reputação, a instituição possuidora de tal interesse pecuniário, ligado à acumulação e ganhos cada vez maiores, busca elementos que possam levá-la a esta atribuição. Em *A Teoria da Empresa Industrial* ([1904] 1966), Veblen trata do processo da mecanização, em que tecnologias são introduzidas como forma de alcançar melhoramentos. Dentro desta mecanização é comum a visão de uma padronização nos níveis do processo de abastecimento de artigos, viabilizando maiores ganhos diante da economia alcançada por esse processo, com a diminuição de gastos com adaptação ou diversificação. Apesar de Veblen não tratar a atividade industrial como se

---

<sup>15</sup> A respeito do que leva a ser instituída a Tecnoestrutura apresentada na figura 2, deve-se dizer que parte da necessidade de se obter o maior número possível de informações para que, após serem avaliadas, levem às decisões que venham a proporcionar sucesso. Para tanto, é feito um esforço para que haja uma reunião dos conhecimentos dispersos dentro da estrutura, e se tem como origem deste esforço as “exigências tecnológicas da indústria moderna”, bem como o “uso associado de capital e da necessidade resultante de planejamento” e a necessidade de coordenação do conhecimento disperso para uma utilização satisfatória na organização (GALBRAITH, 1982, p. 57-58).

<sup>16</sup> A estrutura produtiva privada subsidia a estrutura pública, isso implica dizer que um desenvolvimento do setor privado, acompanhado de um aumento produtivo, eleva o subsídio do setor público. Desta forma, espera-se que o último forneça fatores que auxiliem no desenvolvimento do primeiro. Por meio de melhoramento na educação, cultura e lazer, por exemplo, se obtém uma melhora na qualificação da mão-de-obra disponível, já no caso do desenvolvimento da tecnologia, possibilita aumentar as fontes de recursos naturais ou artificiais. Em ambos os exemplos o setor privado é beneficiado, viabilizando o refinanciamento do público. (GALBRAITH, 1972, p. 27 – 30)

<sup>17</sup> O exemplo citado, utilizado o setor público e privado, foi um dos apresentados por Galbraith na obra *Economia, Paz e Humor* (1972), no entanto, deve ser tomado somente em termos ilustrativo simplificado, pois, as relações e dependência entre as estruturas organizadas são muito mais complexas do que o exemplo consegue apresentar.

desenvolvendo somente com base na busca de investimentos lucrativos, o autor assume ser uma grande parte organizada de acordo com este propósito (VEBLEN, [1904] 1966).

Para Veblen, apesar de as instituições buscarem atingir resultados aparentemente individuais, não há uma autossuficiência em nenhum processo da indústria mecanizada. Veblen ([1904] 1966) aponta que cada processo é precedido por outro processo e ao mesmo tempo precede a um terceiro, tratado na *Teoria da Empresa Industrial* como uma relação infinita, exigindo competência na execução de cada atividade específica para o bom funcionamento das demais. Para tanto, se recorre à padronização das atividades, que além de economias em tempo e matérias que são melhor aproveitadas, viabiliza uma programação das atividades posteriores para a utilização dos bens resultantes desta, isso devido a serem atendidas as expectativas quanto ao produto recebido. Porém nem tudo é tão suscetível a uma padronização. Como exemplo, se tem o indivíduo como um desses elementos que está incorporado de alguma forma em meio a este processo e, como Veblen aponta, são menos adaptáveis a padronizações.

[...] o trabalho humano [...] talvez seja o menos adaptável à padronização, porém, não obstante, é negociado, oferecido, e computado por tabelas de tempo, de velocidade e intensidade que continuamente tentamos reduzir a medidas mais precisas e a mais ampla uniformidade. (VEBLEN, [1904] 1966, p. 6)

Esta apresentação do indivíduo resistente a certas investidas de se instituir novos hábitos (no exemplo acima, a padronização de comportamento quando o indivíduo está inserido em uma estrutura a qual a exija), demonstra a influência que a instituição exerce sobre o indivíduo, ditando certas normas/padrões de conduta às quais este tem de se adaptar para manter-se inserido em determinada estrutura.

Analisando o comportamento dessas instituições, não é raro se deparar com comportamento atribuído, de início, ao indivíduo e ser posteriormente atribuído à instituição, como o caso da emulação pecuniária e processo evolucionário. Isto é associado à própria definição de instituição. Afinal, partindo esta do estabelecimento dos hábitos de pensamento e, estes sendo considerados de natureza do indivíduo, é compreensível tal semelhança.

No exemplo ilustrativo do conceito de Galbraith (figura 2) a respeito da evolução do modo de decisão no modelo industrial, se verifica uma semelhança com o exemplo ilustrativo com o conceito apresentado por Veblen. A formação da Tecnoestrutura ameniza a incerteza diante da tomada de decisão, pois os integrantes especializados se unem aos demais do grupo para trocarem experiências e analisarem as possibilidades de decisões. A deliberação a respeito de uma opção é dada quando o grupo a aprova em consenso. Em Veblen ([1904] 1966) é apresentado exatamente este conceito de Tecnoestrutura, embora sem a denominação utilizada por Galbraith.

Semelhantemente a Galbraith, Veblen ([1904]1966) discute as clivagens entre eficiência organizacional, no caso, a firma, e benefícios para a coletividade. Um primeiro vetor de descompasso são os ajustamentos intersticiais de uma economia em favor da concentração de mercado que proporciona ganhos de escala e torna mais baratos os processos de contratação e de vendas. As disputas entre *capitães de indústria* eram, ao tempo de Veblen, dispendiosas e demoradas. Derperdiçavam-se recursos com duplicação de investimentos por rivais, guerra de preços, redução da qualidade e falências que retardavam a ampliação de acesso do consumidor final aos produtos e serviços, bem como a contratação de trabalhadores em bases estáveis.

Um segundo vetor é o dos esforços de vendas para a ampliação do mercado. O uso da publicidade ganha contornos para moldar o modo de pensar e instigar necessidades. Embora explicitamente recorrentemente que os critérios de eficiência sejam instituídos e evoluam, Veblen ([1904]1966) chama a atenção para o crescente dispêndio com atividades profissionais de esforços de vendas, a sua considerável proporção no custo total das mercadorias, principalmente daquelas destinadas ao consumo final. A publicidade de uma firma obriga as outras a dispenderem esforços para venderem. Esta forma de concorrência, por vezes intersetorial, envolve grandes esforços. Este custo extra, ao olhar de Veblen ([1904]1966), reverte apenas em benefício do ganho pecuniário das

firmas. Toda a ação dos homens de negócios é para acumular dinheiro. É pouco usual que se preocupem com algum benefício para os usuários decorrente dos produtos e serviços publicizados. Do ponto de vista coletivo, Veblen sinaliza que significativa parcela das campanhas publicitárias é um esforço um tanto estéril, assim como o dispêndio com armamentos é estéril para Galbraith.

Com relação à conexão entre tecnologia e evolução institucional, em Galbraith, o estabelecimento de hábito de pensamento acaba por gerar uma inércia, sob a qual esse hábito vai sendo repetido de acordo com a necessidade cotidiana, sem deliberações. Assim, se torna difícil a ideia de que haja uma evolução da instituição. A oposição a esta inércia é dada pela tecnologia, a qual é atribuído o dinamismo. Desse modo, quando Galbraith (1982, p. 22) apresenta que esta “*tecnologia significa a aplicação de conhecimento científico ou outro conhecimento organizado a tarefas práticas*”, e assumindo que estas são realizadas pelo hábito estabelecido, a tecnologia é aqui um motivo para que o processo evolucionário em uma instituição ocorra. É válido lembrarmos que para Veblen ([1899] 1983), esta dinâmica dada pela tecnologia pode ser encarada como a modificação no ambiente material que em conjunto com o “tecido vivo” (termo atribuído à natureza dos indivíduos que compõem a estrutura), irá proporcionar a seleção e adaptação do hábito de pensamento, incorrendo no desenvolvimento da instituição.

Em relação ao conceito de Tecnoestrutura, Veblen ([1904] 1966) a descreve como uma relação de profissões que podem constituir tal estrutura “ou qualquer que seja o nome aplicado à vasta classe que efetua o trabalho intelectual dedicado à indústria mecanizada moderna” (VEBLEN, [1904] 1966, p. 19). Exatamente em relação a este ponto, Galbraith (1982) propõe dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura. No entanto, não é impossível assumir uma tentativa de continuidade do trabalho de Veblen, porém não se pode afirmar que esse era o objetivo de Galbraith, tendo em vista que no decorrer de suas obras se percebe referência tanto a Veblen quanto a outros autores como forma de contexto para a exposição de suas próprias ideias.

O quadro abaixo foi elaborado visando sintetizar os pontos aqui trabalhados sobre instituição e, especificamente, sobre firma, tanto nos trabalhos de Galbraith quanto em Veblen.

#### Quadro 2 – Comparativo sobre instituição e firma de Galbraith e Veblen

	John Galbraith	Thorstein Veblen	Considerações
<b>Instituição</b>	Estabelecimento de hábitos de pensamentos e de ação socialmente compartilhados		Para os dois autores, instituição se remete não somente aos elementos tangíveis, mas também aos intangíveis.
<b>Processo evolucionário</b>	Tecnologia como fator dinâmico	Tecido vivo e ambiente material	A tecnologia como fator dinâmico para Galbraith é reconhecida como modificação no ambiente material para Veblen.
<b>Tecnoestrutura</b>	Grupo de indivíduos de diversas especialidades, responsáveis por analisar decisões.		Em Veblen não aparece a designação Tecnoestrutura mais o conceito é idêntico ao de Galbraith. Em ambos a ciência adquire uma grande importância social.
<b>Atuação econômica da firma</b>	A demanda de mercado é planejada pelas empresas oligopolistas	A lógica mecânica estabelece padrões às mercadorias.	As firmas têm um protagonismo significativo sobre a estrutura dos mercados industriais e de serviços. Benefícios pecuniários das firmas não necessariamente convergem para retornos coletivos.

Elaborado pelos autores

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas obras de Galbraith, tais como *O Novo Estado Industrial* (1982), *A Sociedade Afluente e Galbraith Essencial* (2007), entre outros títulos, é possível encontrar referência a Thorstein Veblen, como forma de fundamentação de alguns de seus conceitos.



Foi evidenciada uma particularidade de cada autor na abordagem dos conceitos, atribuída à experiência profissional de cada um, Galbraith com inserção política e Veblen com atuação acadêmica. Por exemplo, Veblen menciona os *cânones cerimoniais* e o *senso comum*, e Galbraith discute a *tradição econômica central* e o *saber convencional*. Mesmo com trajetórias pessoais distintas e variações de nomenclatura, ambos sinalizam os cânones tradicionais da economia como instituições, por vezes bastante abstratas, atreladas a um saber convencional e inertes para a compreensão dos processos econômicos de sua época.

A dicotomia identificada em Galbraith, entre classe rica e classe pobre, apresenta as mesmas características da dicotomia entre classe ociosa e classe produtiva de Veblen. Para ambos os autores, os indivíduos que compõem essas classes possuem hábitos como mecanismo de diminuição de deliberações cotidianas, e estes são estabelecidos de acordo com as características de cada estrutura a qual o indivíduo está inserido.

Em Veblen e Galbraith há destaque para o chamado homem de negócios, indivíduo responsável pela tomada de decisão, principalmente quando abordado o setor industrial. Este indivíduo é destacado como membro da classe rica, ou ociosa, e exemplo de executor de poder para ambos os autores.

Com relação à instituição apresentada por Galbraith, também são encontradas semelhanças aos conceitos de Veblen. A instituição é, para ambos, considerada o estabelecimento de hábitos de pensar e de agir socialmente compartilhados, podendo assim, ser remetida a elementos tangíveis e intangíveis. O termo “estabelecimento” conduz a uma ideia de imobilidade, contudo, a instituição é considerada em processo evolucionário recorrente.

Sobre o processo evolucionário da instituição, tanto Galbraith quanto Veblen, consideram a tecnologia um elemento impulsionador para modificações na estrutura. Algumas firmas aproveitam as oportunidades de transportes e comunicações, aperfeiçoam técnicas industriais e de vendas. Crescem, concentram poder e atuam para moldar os mercados em favor de seus interesses pecuniários. Há uma tendência nesse processo de as estruturas passarem do simples para o complexo, por exemplo, o processo de formação da Tecnoestrutura (firma).

## REFERÊNCIAS

- DUGGER, W. **Veblenian Institutionalism: The Changing Concepts of Inquiry**. Journal of economic issues v.29, n. 4, p.1013-1027, 1995.
- GALBRAITH, J. **A Economia e a Arte da Controvérsia**. Tradução Gilberto Paim. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- GALBRAITH, J. **A Sociedade Afluente**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.
- GALBRAITH, J. **Economia, Paz & Humor**. Tradução Carlos Nayfeld. São Paulo: Editora Artenova, 1972.
- GALBRAITH, J. **Galbraith essencial – Os principais ensaios de John Kenneth Galbraith**. Organização Andrea D. Williams. Tradução Cala A. Colotto. São Paulo: Futura, 2007.
- GALBRAITH, J. **O Novo Estado Industrial**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Editora Cultural, 1982.
- HEILBRONER, R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1992 (1 ed 1953).
- HODGSON, G. **Economia e instituições: Manifesto por uma economia institucionalista moderna**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- HODGSON, G; SAMUELS, W.; TOOL, M. **The Elgar Companion to Institutionary and Evolutionary Economics**. Edward Publishing Company, 1994.
- MONASTERIO, L. **Guia para Veblen: Um estudo acerca da Economia Evolucionária**. Rio Grande do Sul: EDUFPEL, 1998.

- PEACH, J. **Galbraith and the Problem of Uneven Development.** Journal of economic issues, v.42, n.1, p. 25-35, 2008.
- PEUKERT, H. **On the Origins of Modern Evolutionary Economics: The Veblen Legend after 100 Years.** Journal of economic issues, v.35, n. 3, p. 543-555, 2001.
- SALLES, A. O.; CAMATTA, R. B.. A teoria do consumo de Thostein Veblen em *A Teoria da Classe Ociosa* e em *The Theory of Business Enterprise*. In: Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2017.
- SUPLICY, E. **Sobre o legado de John Kenneth Galbraith.** Revista de Economia Política, v. 26, n. 4, p. 619-626, 2006.
- VEBLEN, T. Por que a Economia não é uma Ciência Evolucionária? [1898]2017.
- VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições.** Tradução de Olívia Krähenbül. Apresentação Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultura, [1899] 1983.
- VEBLEN, T. **A Teoria da Empresa Industrial.** Tradução de Edgar Magalhães. Porto Alegre: Editora Globo, [1904] 1966.
- VEBLEN, T. **The Place of Science in Modern Civilisation.** 4. ed. New York: The Viking Press inc, [1906] 1942.